



ENCONTRO VIRTUAL DAS JUVENTUDES COICA

MAIO - JUNHO 2020



COORDINADORA DE LAS ORGANIZACIONES
INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA

ENCONTRO VIRTUAL DAS JUVENTUDES DA COICA 2020

COICA (Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica)

José Gregorio Díaz Mirabal – Coordenador Geral

Endereço: Calle Sevilla N24-358 y Guipuzcoa, La Floresta

Caixa Postal: 17-21-753

Telefone: (+593) 2 322 6744

E-mail: coica@coicamazonia.org

Web: www.coicamazonia.org

Quito – Ecuador

COM O APOIO DE:

HIVOS (Instituto Humanista para a Cooperação com os Países em Desenvolvimento)

Doris Ortiz – Representante do HIVOS no Equador

Carolina Zambrano Barragán - Diretora do Programa Todos os Olhos na Amazônia

Connie Espinoza - Coordenadora Equador e Peru Todos os Olhos na Amazônia

Nora Sánchez - Oficial de Comunicações Todos os Olhos na Amazônia

Fundação da Loteria Nacional Sueca

EQUIPE DO ENCONTRO:

Nadino Calapucha – Coordenação

Jessika García – Sistematização e Apoio Técnico

PONTOS FOCAIS DAS JUVENTUDES:

Mona Lisa Sabajo (OIS – Suriname)

Mariah Lall (APA – Guiana)

Anais Labonte (FOAG – Guiana Francesa)

Miguel Rojas (ORPIA – Venezuela)

Héctor Fabio Yucuna (OPIAC – Colômbia)

Tom Sharupi (CONFENIAE – Equador)

Jhomar Maynas (AIDSESEP – Peru)

Alana Manchineri (COIAB – Brasil)

María José Bejarano (CIDOB – Bolívia)

DESENHO GRÁFICO:

Visual Cafe Studio

Juan Casco – Direção de Arte e Layout

Pedro Tapuy – Ilustração

TRADUZIDO DO ESPANHOL POR:

Kátia Silveira Salvado

FOTOGRAFIAS:

Participantes do Encontro

Comunicação COICA

**ENCONTRO VIRTUAL DAS JUVENTUDES DA
COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS
DA BACIA AMAZÔNICA – COICA**



Jogo tradicional, comunidade Jawalla - Guiana.

“Falar das juventudes dentro dos povos indígenas é ir além das idades, é entendê-las dentro da diversidade e como parte de uma etapa na qual os aspectos sociais e culturais determinam o papel que o indivíduo exerce na comunidade, onde ele atua como agente de mudança que questiona, propõe e apoia na gestão e na liderança. Neste contexto, a inclusão das juventudes nos processos sociais, organizativos e de tomada de decisões é essencial para a construção de uma sociedade equitativa e justa.” **COICA.**



APRESENTAÇÃO



Em 14 de março do presente ano, a COICA completou 36 anos de trabalho organizativo e de luta permanente no âmbito dos nove países da bacia amazônica. Sua trajetória de criação responde à realidade social, cultural, ambiental, econômica e política em que vivemos, nós, os povos indígenas. Ao longo desses anos, tivemos grandes conquistas em matéria de direitos, mas também nos deparamos com situações adversas que nos limitaram para cumprir nossa missão.

Para os povos indígenas, a vida é uma espiral que tem um princípio, mas não um fim. No transcurso do tempo e do espaço, a constante é a mudança e a renovação. Estamos em tempos de transformações e é importante plantar novas sementes para termos uma colheita plena. Neste sentido, a gestão atual da COICA está comprometida e aposta suas ações no envolvimento e na participação das crianças e juventudes indígenas nos processos organizativos e na tomada de decisões. Do trabalho atual que empreendemos com as atuais gerações, depende a continuidade de nossas lutas e o futuro de nossas organizações, nossos povos e nosso planeta.

Um dos mandatos do X CONGRESSO DA COICA, realizado em Macapá – Brasil, durante o mês de julho do ano 2018, é fortalecer a participação das Mulheres e das Juventudes Indígenas da Amazônia e é nossa obrigação moral, política e organizativa gerar estratégias para o cumprimento desse preceito. Estamos trabalhando arduamente para cumprir com os mandatos estabelecidos e o ENCONTRO VIRTUAL DAS JUVENTUDES DA COICA é um dos primeiros espaços que geramos para o envolvimento das juventudes no âmbito dos nove países da bacia amazônica. Juventudes que, apesar das limitações tecnológicas, participaram ativamente na análise e debate de suas problemáticas, realidades, sonhos e propostas.

O resultado desse encontro nos deixa lições e aprendizagens, ao mesmo tempo que grandes desafios. Como organizações, dirigentes, líderes e políticos é nosso dever trabalhar de maneira unida e coordenada para tornar realidade os sonhos e propostas das juventudes indígenas da bacia amazônica.

Felicitamos a todas as juventudes participantes por seu compromisso, tempo e dedicação. Bem-vindos e bem-vindas à “Grande Maloca”, a nossa grande casa que é a COICA.

Para finalizar, quero expressar um profundo agradecimento em nome da COICA ao HIVOS, por sua confiança e apoio permanente às ações realizadas em benefício da Amazônia, sem cuja contribuição não teria sido possível o “ENCONTRO VIRTUAL DAS JUVENTUDES DA COICA”.

Amazônia viva, humanidade segura

**José Gregorio Díaz Mirabal
COORDENADOR GERAL DA COICA**

Apresentação	pag. 03
Introdução	pag.04
Metodologia	pag.07
1) Identidade e território	pag. 08
Problemáticas identificadas em relação à identidade e ao território.	pag. 14
O que nós, juventudes, propomos diante dessas problemáticas?	pag. 18
2) Conhecimentos e saberes ancestrais	pag. 22
Quais são os desafios que nós, juventudes, enfrentamos para conservar os conhecimentos e saberes ancestrais?	pag. 26
O que nós, juventudes indígenas amazônicas, propomos a respeito desse tema?	pag. 30
3) Educação intercultural	pag. 37
Desafios identificados na implementação da educação convencional e intercultural.	pag. 43
O que nós, juventudes indígenas amazônicas, propomos a respeito desse tema?	pag. 52
4) Juventudes e política organizativa	pag. 58
Problemáticas identificadas no contexto das organizações indígenas.	pag. 65
Quais são as propostas das juventudes a respeito da política organizativa nos territórios amazônicos?	pag. 67
Conclusão	pag. 73

índice



INTRODUÇÃO

Quantas vezes escutamos políticos, dirigentes e líderes mencionarem em seus discursos com absoluta certeza que as crianças e os jovens são o futuro das comunidades, da pátria e do mundo? A resposta é óbvia. Contudo, deve-se esclarecer imediatamente que também são o presente e constituem um dos setores mais afetados pelas ameaças constantes que atentam contra seus territórios, principalmente pela exploração indiscriminada dos recursos naturais através das atividades extrativistas implementadas em cumplicidade com os Estados e, por isso, requerem total atenção através da implementação de políticas a partir dos governos, organizações e instâncias internacionais, que considerem as brechas existentes sobretudo na infância e nas juventudes dos povos indígenas.

Frente a esta situação, a atual gestão da COICA busca empreender um modelo no território amazônico que promova o envolvimento e a participação das juventudes. Um espaço em permanente construção que propicie a real conexão com a história e com os processos de luta que nossos avôs, avós e pais empreenderam no passado, empoderando-se mais de sua cultura, língua, tradições e raízes, a fim de que sejam eles que compartilhem suas emoções, sentimentos, propostas e sonhos mais profundos. Que as juventudes indígenas sejam parte da tomada de decisões e criadoras de soluções para um desenvolvimento humano sustentável, chave para o presente e futuro dos povos.

Neste contexto e na conjuntura que enfrenta o mundo diante da pandemia da COVID-19, a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica – COICA, com o apoio do Instituto Humanista de Cooperação com os Países em Desenvolvimento – HIVOS, realizou, durante os meses de maio e junho do ano 2020, o ENCONTRO VIRTUAL DAS JUVENTUDES DA COICA, com o objetivo de promover a participação ativa das juventudes da estrutura organizativa dos povos indígenas. Neste espaço, as juventudes dos nove países da bacia amazônica debateram, analisaram e compartilharam experiências sobre quatro eixos temáticos muito importantes para os povos indígenas.

Fundamentado nas perspectivas teóricas e práticas dos participantes, o presente documento apresenta as problemáticas, realidades, propostas e demandas expressas pelas juventudes indígenas amazônicas e convoca os dirigentes, líderes, políticos, organizações e aliados a unir esforços para cristalizar os sonhos das juventudes.

Em tempos de transformação, é preciso focar esforços nas atuais e futuras gerações para garantir a continuidade de nosso legado e a construção de uma sociedade mais respeitosa, equitativa e plena em defesa da Amazônia para assegurar a sobrevivência da humanidade.

METODOLOGÍA

O Encontro Virtual de Juventudes da COICA convocou homens e mulheres indígenas, de 16 a 35 anos de idade, pertencentes aos nove países amazônicos: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Brasil, Bolívia, Guiana, Guiana Francesa e Suriname.

A convocatória foi executada através dos pontos focais das juventudes, delegados oficialmente por suas organizações nos 9 países amazônicos. Esses pontos focais, por sua vez, coordenaram em seus territórios a participação das juventudes representantes de suas bases, consolidando uma participação de acordo com a governança e a estrutura organizativa da COICA.

Utilizando uma plataforma tecnológica disponível e que facilitou a interpretação simultânea do idioma espanhol aos idiomas francês, inglês e português, realizaram-se quatro webinars com os seguintes eixos temáticos: **1) Identidade e território, 2) Conhecimentos e saberes ancestrais, 3) Educação intercultural e 4) Juventudes e política organizativa.** Cada eixo contou com a participação de um especialista e com a contribuição de um(a) jovem a partir de sua experiência prática no respectivo tema. Posteriormente, foram-se consolidando os conceitos a partir da perspectiva das juventudes e se expuseram problemáticas e propostas por parte de todos os participantes.

Nesse sentido, a partir do intercâmbio de experiências gerado, apresentam-se, a seguir, as reflexões e as lições aprendidas com base nas contribuições reais das juventudes indígenas através de suas delegadas e de seus delegados dos nove países da bacia amazônica.



Identidade e Território





Rio Moruca, comunidade Santa Rosa - Guiana.

1.- IDENTIDADE E TERRITÓRIO

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007 assinala que os povos indígenas têm o direito de determinar sua própria identidade ou pertencimento conforme seus costumes e tradições, sendo esse o ponto de partida para garantir a conservação de uma cultura e de um povo.

Considerando que, no tempo histórico atual, existe uma infinidade de fatores que influem nas transformações constantes e repentinas da sociedade, saber quem somos e de onde viemos representa uma ferramenta de luta e de resistência, de acordo com o sentido de pertencimento dos povos indígenas.



Limpeza ritual, Povo Kichwa de Rukullakta, Napo - Equador.

Contextualizando a análise e as contribuições geradas a partir da cosmovisão dos povos indígenas, nós, juventudes, definimos a **identidade** como o reconhecimento próprio do ser pessoal. É estar conectado com elementos tais como nossa história, território, língua, vestimenta, conhecimentos e saberes. Abarca todas as expressões culturais que identificam uma pessoa, comunidade ou povo, fato que diferencia uma cultura de outra e conjuga o que somos, conhecemos e vivemos.

“A identidade são todas aquelas características que nos diferenciam do resto do mundo e que nos caracterizam como indígenas. Inclui nosso idioma, território, tradições e nossa cultura.”

Romario Hastings, povo Akawaio – Guiana.



É preciso reconhecer que, para os povos indígenas, a identidade está conectada estreitamente com a mãe natureza, a qual nos proporciona todo o conhecimento e sabedoria, elemento fundamental para criar nossa cosmovisão, onde tudo está conectado e nos constituímos como unidade.

Ainda que a cultura seja dinâmica, os princípios chave da identidade dos povos indígenas, como a unidade, a reciprocidade, a comunidade, o interesse coletivo, o mutirão e a proteção da natureza devem manter-se no tempo e no espaço, levando em consideração que esses valores essenciais contribuem para que as atuais e as próximas gerações da bacia amazônica nos fortaleçam como defensores da selva e do território, conscientes de que disso depende o equilíbrio da vida.

A concepção de identidade incorpora a apropriação do espaço para o desenvolvimento da livre determinação, as práticas culturais, o sentido de pertencimento e a cosmovisão de cada povo. Nessas categorias é onde se encontram estreitamente ligados os conceitos de identidade e território.

“Carregamos a identidade dentro de nós. Por nosso sangue correm raízes de nossa cultura, sabemos quem somos e para onde vamos. Não importa onde vivamos, sempre devemos manter nossos costumes e nossos saberes, para que possamos persistir no tempo.”

Delfín Chiriapa, nacionalidade Shuar – Equador.



Povo Gavião - Brasil

Para as juventudes da bacia amazônica, o **território** é o espaço integral onde convivem todos os seres em harmonia. A partir da cosmovisão dos povos indígenas, é onde se conjugam o espiritual e o físico, o indivíduo e a comunidade, o passado e o presente, a natureza e o ser humano como parte dela, para alcançar o equilíbrio, o bem viver para a vida plena.

Portanto, garantir o território é salvaguardar a identidade. Não obstante, para nós, povos indígenas, que habitamos toda a bacia amazônica, formar parte de um território único no mundo, com ampla biodiversidade e recursos naturais valiosos, resultou ser um desafio através da história devido a ameaças externas, seja por empresas privadas ou pelos governos em exercício, que violam continuamente nossos direitos sob o pretexto do “desenvolvimento”.

Historicamente, o processo de colonização nos violou, não porque sejamos fracos ou necessitados, mas pela aplicação de políticas extrativistas implementadas em nossos territórios sem considerar a nós que aí habitamos, o que resultou na expropriação de grandes riquezas, gerando miséria e abandono nas comunidades indígenas, repetindo-se assim a história.

“Estamos vivendo um processo de invasão dos territórios durante a pandemia, nossos povos indígenas são contagiados pelos invasores. Temos um governo brasileiro que não protege nossos direitos nem nosso território. Então, deve estar claro que não há como manter nossa identidade, não há como manter nossa cultura sem a garantia de nossos territórios.”

Alana Costa Silva Manchineri,
povo Manchineri – Brasil.

Problemáticas identificadas em relação à identidade e ao território

- Um dos maiores problemas em território é a incursão das empresas petrolíferas, mineradoras e madeireiras legais e ilegais, dinâmica muito comum e de grande intensidade, sem que os ministérios competentes atuem oportunamente. Esses acontecimentos, com o passar dos anos, influenciaram nas formas de vida de nossos povos. As grandes empresas e os governos ofereceram desenvolvimento econômico em troca da extração de recursos, mas geralmente o que nos resta é o impacto na selva, nos rios, nos animais e um abandono total. Na mineração, por exemplo, nós, indígenas, somos tratados como escravos e a prostituição se torna uma atividade a mais, como um meio de subsistência nas comunidades.

Nós, juventudes indígenas, como parte do território amazônico, reconhecemos que nas comunidades vivemos com muitas limitações, como a falta de transporte, de educação, de saúde e de serviços básicos. A realidade na qual se vive é desoladora. Não existe uma amostra, no âmbito dos nove países amazônicos, onde se possa evidenciar que o extrativismo tenha gerado desenvolvimento para os povos indígenas.

“As petrolíferas sempre prometeram serviços básicos, mas nunca cumpriram. Contudo, apesar de toda a mudança e impacto, continuamos cuidando de nosso território, já que é como nossa casa, nossa farmácia; temos que cuidá-lo, pelo presente, mas sobretudo para as próximas gerações.”

Gladys Alvarado Nenquimo, nacionalidade Waorani – Equador.



**Campanha “Piatua Resiste”,
Acampamento da juventude CONFENIAE,
Pastaza - Equador.**

● Os Estados não garantem os direitos dos povos indígenas estipulados nos diferentes acordos e tratados internacionais. Esta situação ficou ainda mais evidente durante a pandemia, na qual é muito visível a situação de discriminação e de falta de atenção em que vivemos. Não dispomos de serviços, nem infraestrutura de saúde nem de educação adequados. Os protocolos de prevenção da COVID-19 e outras políticas que se implementam não estão adaptados à realidade cultural, social, geográfica e territorial dos povos indígenas. Não levam em consideração a língua, os costumes e as tradições próprias, razão pela qual fracassam as poucas ações que chegam às comunidades por parte dos governos.

Uma das razões que determina esta situação é a falta de vontade política, assim como uma escassa representação nos grandes espaços de tomada de decisões. Os funcionários públicos não pertencem aos povos indígenas e os que pertencem esquecem seu lugar de origem, influenciados pelo sistema ocidental.

“Não exigimos mais do que os outros, somente uma atenção adequada, na qual nossos povos indígenas se sintam respaldados e façam parte dos governos.”

Jhomar Maynas, povo Shipibo – Peru.



Comunidade Sipaliwini, fronteira entre Brasil e Suriname.

- A globalização e as novas dinâmicas da sociedade são fatores que incidem nas mudanças das formas de vida das comunidades. Isso faz com que as práticas e as tradições mudem e muitas vezes desapareçam, e com elas o sentido de pertencimento ou a identidade.
- A influência negativa dos agentes externos que rompem com a harmonia comunitária e com as formas de vida nos tornou dependentes do sistema. Dadas as condições precárias nas quais muitas vezes vivemos e com o objetivo de ter dias melhores, nós, adolescentes e juventudes, migramos às cidades na busca de uma melhor educação. É nestas circunstâncias, quando nos sentimos afetados e golpeadas pela discriminação, pela exclusão e pela adaptação, que implica em uma mudança drástica no estilo de vida, a qual, em muitos casos, combina-se com a limitação de recursos econômicos.

“Em minha experiência, no processo para concluir a universidade, houve muitas dificuldades, sobretudo por estar longe da comunidade e ter que me adaptar ao mundo ocidental. Porém, com o passar do tempo, fui participando de maneira ativa na organização e isso foi parte fundamental para trabalhar na revalorização da cultura e de minha identidade.”

Genaro Escalante, povo Shipibo – Peru.



Comunidade Amarîni Arutâ Apurinã - Brasil.

● Nós, juventudes, também nos sentimos afetadas quando, a partir de instâncias estatais ou organismos externos, apresentam políticas ou projetos destinados à intervenção em nossas comunidades e são os líderes ou presidentes das organizações os que tomam as decisões. Considera-se que nós, juventudes, não temos a capacidade e a determinação para incidir nos destinos de nossos territórios. Sob estas circunstâncias, queremos que se reconheça nossa palavra, que nossa voz seja escutada.

É imprescindível que nos níveis comunitário, organizacional do Estado se conte com uma representação das juventudes indígenas, que sejamos parte ativa na tomada de decisões.

“Nas grandes decisões, não somos levados em consideração, as vozes das juventudes não são válidas, muito menos das mulheres. Sabemos que, tradicionalmente, a tomada de decisões familiar ou comunal é dos adultos e, na maioria dos casos, dos homens, mas isso deve mudar.”

Mireya Tsakimp, nacionalidade Shuar – Equador.



O que nós, juventudes, propomos diante dessas problemáticas?

- Não podemos culpar somente os governos e os agentes externos pela perda da identidade. As ações devem começar por nós mesmos, para resgatar todos os saberes ancestrais. Devemos ser mais curiosos e inovadores, com ações que, de acordo com a realidade, permitam-nos subsistir como povos indígenas.

Através da história, os conhecimentos dos povos se transmitiram de forma geracional, de maneira oral. Contudo, na atualidade, é importante que se comece a registrar e documentar tudo o que sabem nossos avôs, avós e pais, para que esses saberes sejam compartilhados às futuras gerações. Com a influência de tantas culturas externas, é necessário que desenhemos nossas próprias ferramentas para garantir a transmissão de conhecimentos e saberes de nossos povos, necessários para fortalecer nossa identidade.



- Não podemos culpar somente os governos e os agentes externos pela perda da identidade. As ações devem começar por nós mesmos para resgatar todos os saberes ancestrais. Devemos ser mais curiosos e inovadores, com ações que, de acordo com a realidade, permitam-nos subsistir como povos indígenas.

Através da história, os conhecimentos dos povos se transmitiram de forma geracional, de maneira oral. Contudo, na atualidade, é importante que se comece a registrar e documentar tudo o que sabem nossos avôs, avós e pais, para que esses saberes sejam compartilhados às futuras gerações. Com a influência de tantas culturas externas, é necessário que desenhem nossas próprias ferramentas para garantir a transmissão de conhecimentos e saberes de nossos povos, necessários para fortalecer nossa identidade.

“Nós, povos indígenas, somos a garantia para o mundo. Se não existíssemos, é muito provável que a Amazônia tal como a conhecemos não existiria mais.”

Hernán Nay Vargas, povo Tacana – Bolívia.

“Como juventudes, no marco da interculturalidade, podemos desenvolver vários tipos de empreendimentos como turismo, gastronomia, etc., sob os princípios da economia indígena como uma alternativa de desenvolvimento com identidade para os povos amazônicos.”

Beisy Arana,
povo Uwottuja – Venezuela.

● A partir da própria organização, os governos e aliados internacionais devem buscar propostas de desenvolvimento considerando nossas identidades e realizar atividades que sejam compatíveis com as práticas, conhecimentos e saberes ancestrais dos povos indígenas.

Além das necessidades econômicas presentes, devemos procurar outras alternativas para que se possa trabalhar no território, que devem ser implementadas com base nos princípios dos povos, como a reciprocidade, solidariedade, sustentabilidade e cooperação.

● A partir do trabalho que já existe nas comunidades em referência aos planos de vida próprios, devem ser incluídas estratégias que se centrem na revalorização da identidade. Com base nisso, poderão ser aproveitados vários espaços, como assembleias comunitárias ou escolas, onde cada membro da comunidade cumpra um papel, onde crianças, adolescentes, juventudes, homens e mulheres, avôs e avós, todos trabalhem de maneira coletiva, envolvendo-se na transmissão de saberes, para que todos possam se empoderar, desde idades precoces, no fortalecimento da identidade como parte de um povo indígena que não desiste da luta.

“É importante que nós, jovens de toda a bacia amazônica, compartilhem nossas posições e pensamentos. Quanto mais participamos, mais nos empoderamos de nossa identidade como jovens indígenas.”

Mariah Lall, povo Arawak – Guiana.



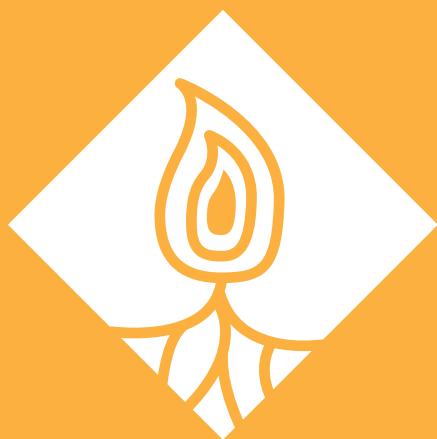
- Este espaço que se está gerando a partir da COICA demonstrou ser enriquecedor e importante, visto que nos permitiu, às juventudes, construir conhecimentos a partir de nossa própria cosmovisão. Pudemos expressar nossos desejos e sonhos, o que permite nos formarmos como líderes, que sabemos de onde viemos e também aprendemos a utilizar as atuais ferramentas de conhecimento. Nesse sentido, é transcendental que em prol da revitalização da identidade, continuem sendo gerados estes tipos de espaços, tanto virtuais como presenciais.
- Nas comunidades, uma das maiores limitações é o acesso às novas tecnologias e à infraestrutura básica de comunicações, o que faz com que a maioria das juventudes, apesar de sua predisposição, não participe ativamente de suas comunidades. Nosso compromisso é que, a partir desse conhecimento que adquirimos, repliquemos a experiência às juventudes que não têm acesso à infraestrutura tecnológica e cujas vozes, geralmente, não são escutadas.

“Estes espaços nos ajudam a compartilhar nossas experiências e mostrar o esforço que cada um está realizando em território, o que nos dá ânimo para continuar lutando pela defesa do território e pela preservação de nossas culturas.”

Asdrúbal Cayap, nacionalidade Shuar – Equador.

Tabela 1: Análise das problemáticas do primeiro eixo

Identidade e território	
<p>Baseado nos critérios e contribuições analisados previamente, evidenciaram-se dois problemas centrais referentes à primeira temática analisada:</p> <ul style="list-style-type: none">● Perda de identidade e● Invasão dos territórios <p>As quais derivam das seguintes causas e cujos efeitos são evidentes em território.</p>	
Causas	Efeitos
<ul style="list-style-type: none">● Violação dos direitos coletivos dos povos indígenas.● Discriminação.● Exploração indiscriminada dos recursos através das atividades extrativistas.● Globalização e imposição do modelo ocidental.	<ul style="list-style-type: none">● Exclusão e invisibilização histórica dos povos indígenas.● Perda do idioma e da cultura.● Negação da identidade.● Dano socioambiental e cultural nos territórios dos povos indígenas● Falta de políticas públicas com pertinência cultural.● Migração às cidades.● Desinteresse das juventudes por preservar sua identidade.
Propostas de solução	
<ul style="list-style-type: none">● Gerar espaços socioculturais com o envolvimento de todos os atores comunitários para o fortalecimento e revalorização da identidade.● Retornar ao território e fortalecer os princípios comunitários.● Fomentar o diálogo permanente com os avôs e as avós para a transmissão de saberes.● Promover o intercâmbio de experiências entre as juventudes.● Gerar propostas de desenvolvimento com identidade.● Envolver as juventudes nos processos organizativos e educativos da comunidade.● Registrar e documentar os conhecimentos e saberes dos avôs e das avós.● Incluir o fortalecimento e revalorização da identidade nos planos de vida das comunidades.	



Conhecimentos e saberes ancestrais



2.- CONHECIMENTOS E SABERES ANCESTRAIS

No âmbito da bacia amazônica habitam cerca de 511 povos indígenas, dos quais 66 são povos isolados ou de recente contato⁵. Cada um deles com seu próprio território, língua, vestimenta, cultura, conhecimentos e saberes, donos de suas próprias realidades, as quais estabelecem sua própria visão de mundo. Isso determina que existam tantas cosmovisões como povos indígenas na Amazônia.

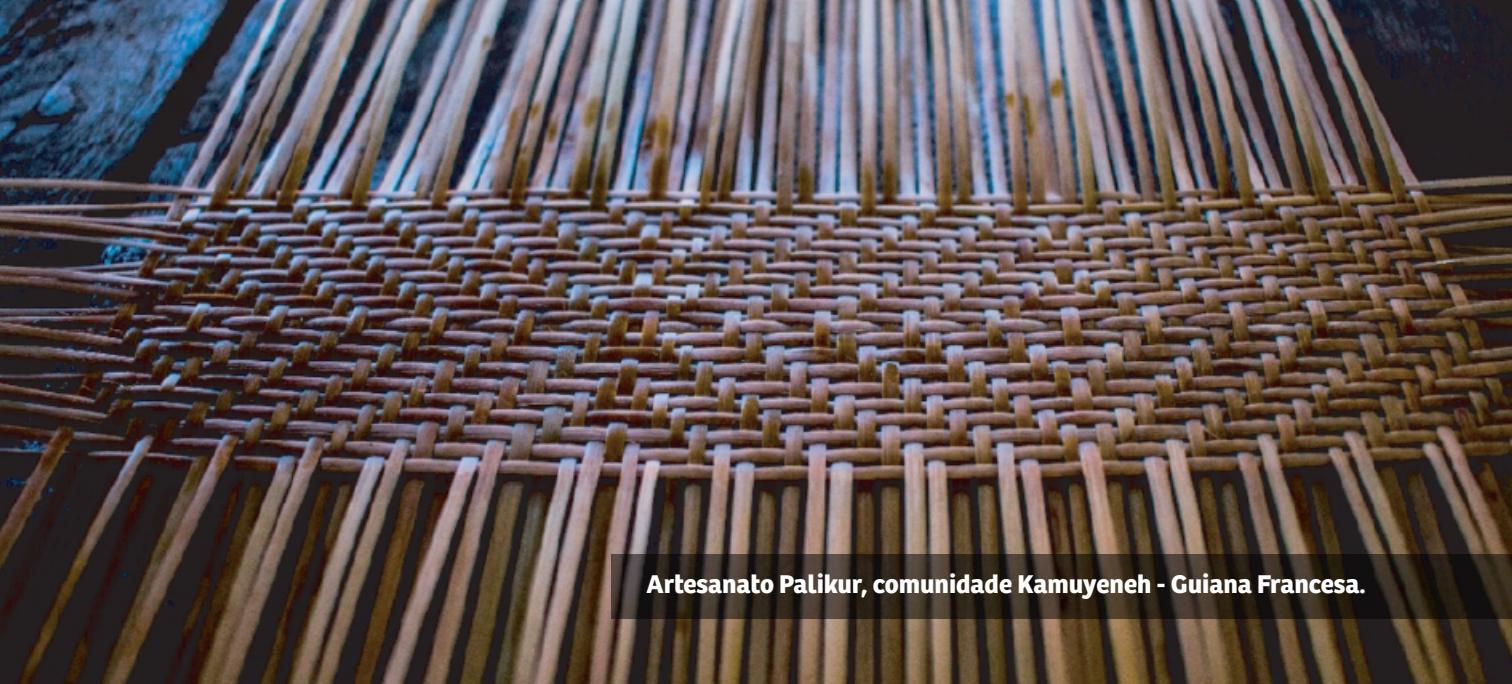
A cosmovisão dos povos indígenas está baseada na inter-relação com o meio que nos rodeia. É como um olhar particular no qual se convive em harmonia com a natureza, onde o ser humano é parte integral dela, natureza que não se possui, mas se protege. Viver na comunidade de acordo com a cosmovisão dos povos indígenas representa viver em harmonia, sob os princípios de solidariedade, reciprocidade e coletividade, em participação conjunta em mutirões, limpeza das terras, plantação e colheita, atividades que se apoiam com cânticos e rituais em agradecimento à selva pela abundância que dela recebemos.

Embora cada povo tenha uma maneira diferente de interpretar a realidade e as muitas particularidades que nos distinguem, há algo que nos une: o amor e o respeito pela Mãe Terra e por todos os elementos que a integram.

“Podemos interpretar a cosmovisão como a inter-relação que existe entre as pessoas, o meio ambiente e todo o entorno. Para os povos indígenas está relacionado tanto ao nível físico como ao espiritual, todas as vivências que temos com a comunidade, as bacias sagradas, nossos costumes na educação das crianças, o cultivo e a colheita, a maneira como vivemos o dia a dia.”

Alexis Grefa, nacionalidade Kichwa da Amazônia – Equador.

⁵ Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica - COICA.



Artesanato Palikur, comunidade Kamuyeneh - Guiana Francesa.

A partir dessa perspectiva, como juventudes indígenas, conceitualizamos que os **conhecimentos e saberes ancestrais** são *todas as práticas, tradições, cerimônias, usos e costumes que nós, povos e comunidades indígenas, possuímos, que foram transmitidos de geração em geração por séculos e que se centram no uso das plantas medicinais, calendários agroecológicos baseados em proteção, uso sustentável do território e resolução de conflitos com a intervenção comunitária, entre outros. Conservaram-se, principalmente, por meio da transmissão oral e de práticas entre pais e filhos no marco da convivência comunitária.*

“Os conhecimentos e saberes dos povos indígenas caracterizam-se pela transmissão de geração em geração através de contos, mitos, práticas de caça, pesca, uso da medicina ancestral e convivência com nossa selva.”

Jenny Piruch, nacionalidade Shuar – Equador.



Artesanato do Povo Uwottuja - Venezuela.

Baseando-nos em nossa própria experiência como juventudes, existe uma diferença entre os conhecimentos e saberes. Os conhecimentos representam a informação geral de aspectos determinados que se podem adquirir na academia ou nas atividades cotidianas, os quais podem ser positivos ou negativos.

Por outra parte, os saberes representam conhecimentos profundos possuídos pelo mais velhos, anciãos, parteiras, curandeiros, sábios e sábias, que depois de um longo processo de conexão com o cosmos, os espíritos e a Mãe Natureza, adquirem a sabedoria que harmoniza a comunidade.

Ao conversar com nossos anciãos, estamos adquirindo os saberes dos ancestrais, mas o mais importante é colocá-los em prática. Esses saberes ancestrais não podem ser adquiridos repentinamente, representam todo um processo e devem ser construídos na comunidade e no território, em conexão direta com os princípios dos povos indígenas e da Mãe Natureza.

*“Tudo depende do interesse que a pessoa tenha, de que alguém lhe insira o conhecimento no pensamento, e aí vai adquirindo a sabedoria.
O saber é o que um professor ensina a uma pessoa, a sabedoria vem do esforço.”*
Salvador Miraña, povo Miraña – Colômbia.

Quais são os desafios que nós, juventudes, enfrentamos para conservar os conhecimentos e saberes ancestrais?

● A partir dessas concepções e princípios que regem os povos indígenas, é que gira o mundo para as juventudes indígenas, determinando a maneira como nos vinculamos com a sociedade. Contudo, existe uma cosmovisão dominante que insiste em separar o ser humano da natureza, o espiritual do físico e onde somente existe o que se vê com os olhos. Isso confirma que a cosmovisão dos povos indígenas através da história foi negada e minimizada, bem como os conhecimentos e saberes ancestrais, que foram adquiridos por anos e anos de inter-relação com a natureza.



Uso da formiga Tapiyai,
no ritual Maraké - Guiana Francesa.



- Evidencia-se que ao momento de abordar a informação referente à cosmovisão dos povos indígenas, a maioria dos documentos publicados pertencem a pessoas externas às comunidades, onde profissionais se introduzem nos territórios e formas de vida dos povos para coletar informação que, geralmente, é trabalhada com uma visão ocidental, sem uma análise em conjunto e baseada em períodos curtos de tempo, dificultando, assim, a realização de um diagnóstico real. Mas por que não somos nós os que escrevemos nossa própria e verdadeira história, se somos nós os que possuímos o conhecimento e que lidamos com nossas realidades e necessidades?

Nós, povos indígenas, sempre fomos sujeitos de pesquisa, apropriam-se de nossos conhecimentos, colocam-nos em museus e nas estatísticas e, desde fora, todos opinam sobre o que deveríamos ou não fazer.

“Devemos trabalhar mais em relação aos conhecimentos e saberes ancestrais para deixar um legado, enquanto juventudes indígenas. Como nossas culturas são majoritariamente orais, nestes tempos de internet seria conveniente manter registros, escrever livros, fazer vídeos de nossas práticas e poder transmitir a sabedoria de nossos ancestrais, em vez de deixar que antropólogos e obras antigas falem de nossa cultura.”

Yann Kayamaré, povo Kalin'a – Guiana Francesa.



Avô da nacionalidade Kichwa,
Pastaza - Equador.

● Nós, juventudes, fazemos um mea culpa da situação com respeito à revalorização dos conhecimentos e saberes. Consideramos que grande parte das gerações atuais já não se preocupa com o fato de que os avós morram e levem consigo toda a sabedoria de nossos povos, que foi transmitida através dos anos. Em muitos casos, preferimos ir a um médico convencional ou a uma farmácia, ao invés de aprender sobre os benefícios das plantas da selva. Formamos parte de uma educação que muda nossa forma de pensar e de viver. É o que acontece justamente quando a identidade não está fortalecida e, por medo de discriminação, muitos preferem negar suas raízes, não falam sua língua e sentem vergonha de dizer que provêm de uma comunidade indígena.

● Outro aspecto questionável é que os profissionais que se formam em nossas próprias comunidades, ao saírem às cidades, já não retornam, esquecem seu povo e, aqueles que voltam, têm uma total falta de compromisso. Impõem suas novas crenças, estão tão influenciados pelo mundo externo que criticam os costumes e querem gerar mudanças não adaptadas à cosmovisão dos povos indígenas.

“É muito importante que nós, como jovens, conversemos com nossos avós, aprendamos, conheçamos, que nos ensinem estes conhecimentos ancestrais que são muito importantes para nosso futuro, para nosso povo e para nossos territórios. Desta maneira, nossos antepassados têm resistido até o momento. Esses saberes ancestrais podem nos ensinar, e apenas através de nossos avós, nossos pajês e os sábios de cada povo.”

María Arana, povo Uwottuja – Venezuela.



- Ao nos aprofundarmos nos conhecimentos e saberes ancestrais, é inevitável que nós, juventudes, analisemos a situação que atualmente estamos vivendo com respeito à crise sanitária por causa da COVID-19. Nós, povos indígenas no âmbito dos nove países, sendo terrivelmente afetados, sobretudo nas fronteiras, uma vez que a pandemia trouxe à tona o abandono histórico a que estamos submetidos por parte dos governos, a falta de infraestrutura de serviços básicos e a exploração dos territórios, o que em conjunto agravou nossa sobrevivência.

Os casos de contágio apresentados em nossas comunidades não estão nas estatísticas, porque preferimos ficar em casa e nos aferrarmos aos conhecimentos e saberes próprios com o uso de medicamentos e práticas ancestrais, porque há casos de pessoas próximas que foram aos hospitais e, ao não receberem o atendimento adequado, retornaram em cinzas. Neste tempo de pandemia, a medicina ancestral está nos ajudando a resistir e a enfrentar este vírus que, como a maioria das ameaças, vem de fora.

“Me dê esta situação, ver que há autoridades nefastas que não se preocupam com os povos indígenas, não dão apoio. Porém nós podemos cuidar de nós proteger a nossa família com o uso e consumo de medicina ancestral que nos dá a Mãe Terra.”

Wayra Samuel Shiguango, nacionalidade Kichwa da Amazônia – Equador.

O que nós, juventudes indígenas amazônicas, propomos a respeito desse tema?

Em todos os aspectos analisados pelas juventudes indígenas, evidencia-se que os governos deram as costas aos povos indígenas, tentaram nos ofuscar, suprimir-nos e há constantes violações a nossos direitos. Por isso, nós, juventudes, nos questionamos: Como estamos nos preparando para enfrentar as circunstâncias adversas que se apresentam em nossos territórios, as quais são cada vez mais fortes e influenciam, principalmente, no desaparecimento de nossos conhecimentos e saberes?

- Nossa primeira tarefa é regressar às nossas raízes, às comunidades, para nos formarmos e nos empoderarmos, para trabalharmos profundamente em nossa identidade. Existem várias formas de nos adaptarmos à realidade atual e, ao mesmo tempo, recuperar as práticas e tradições de nossos povos, tomando como base os saberes milenares e combiná-los com o que se aprendeu na academia, sem perder de vista que nosso dever primordial é a proteção de nossos povos. É importante que antes de implementar qualquer atividade, inclusive com fins econômicos, é primordial que trabalhem no fortalecimento e na recuperação de nossa identidade.



Elaboração de Casabe - Guiana.

“Nós, jovens, estamos em uma constante construção de conhecimento para fortalecer nossas comunidades e são estes espaços que contribuem significativamente para isso, porque existem muitos temas que são importantes e devemos discuti-los e analisá-los.”

Nathalia Bacca, povo Inga – Colômbia.



Povo Guarayos, Beni - Bolívia.

“Como mulher indígena, comecei a trabalhar o tema do turismo comunitário, um turismo indígena, e neste processo começamos a trabalhar com as avôs e os avôs, a resgatar o que eles pensam sobre esse tema. Nesse caso, enfocado na observação de aves, começamos com essa pergunta e determinamos que para os povos indígenas as aves têm uma importância vital. Dessa forma, começamos a resgatar toda essa sabedoria e conhecimento ancestral.”

Zaiza Rodríguez,
povo Cubeo- Colômbia

- Sabendo que existe um conflito entre a proteção da Mãe Natureza, a conservação dos saberes ancestrais e as necessidades econômicas, é imprescindível considerar projetos de desenvolvimento com identidade. Nesse sentido, consideram-se os projetos de turismo rural como um exemplo ideal de como uma atividade, principalmente econômica, pode servir de alternativa para desenvolver e impulsionar os valores dos povos indígenas, compartilhar os conhecimentos e saberes para poder transmiti-los às novas gerações.

As iniciativas turísticas aqui analisadas, consideraram desde o princípio a cosmovisão da comunidade envolvida. A partir de uma análise de como os habitantes da comunidade interpretam a atividade turística, analisa-se qual é a contribuição de cada um de seus membros, desde as crianças até os avôs e as avós, integrando todos os elementos da Mãe Terra para implementar sustentavelmente cada uma das atividades.

- Além disso, tal como se comentou na temática anterior, considerando que o fortalecimento da identidade está estreitamente vinculado com a revitalização dos conhecimentos e saberes ancestrais, insistimos na necessidade de começar a escrever e documentar os mitos, lendas, princípios e uso medicinal das plantas, assim como fazer pesquisas sobre a língua, vestimenta, gastronomia, música, dança e tantas outras práticas que se mantêm em cada povo e outras que com o tempo se perderam, mas que ainda estão a tempo de ser revalorizadas. Essa atividade é um dos maiores desafios para as atuais juventudes indígenas da bacia amazônica.

“É nosso dever, como juventudes indígenas, indígenas utilizar ferramentas alternativas para proteger nossos valores, nossos princípios e enaltecer esse legado cultural que herdamos. Podemos tomar o que aprendemos nas academias e unir esse conhecimento com essa sabedoria de nossos povos, de nossas comunidades, de nossos avós. É importante registrar informação, embora a tradição seja oral, sem mudar o essencial, podemos começar a escrever.”

Yensi Franco, povo Jivi – Venezuela.

Não temos nada escrito, o que significa uma fraqueza. Por tal razão, insiste-se em que, de acordo com as possibilidades, nós, juventudes, temos a responsabilidade de mostrar ao mundo quem somos, nossa forma de pensar, os princípios e essa herança oral que recebemos dos povos indígenas e de nossos ancestrais. Dispomos de ferramentas suficientes para fazê-lo, falamos nossas línguas originárias e também as línguas estrangeiras. Conhecemos os costumes ocidentais em conjunto com nossos conhecimentos e saberes ancestrais, com os quais, se trabalharmos em identidade, nós, juventudes indígenas da bacia amazônica, podemos armar uma estrutura sólida que nos permita avançar na proteção de nossos povos.



Nacionalidade Kichwa da Amazônia, Pastaza - Equador.

- Com base na análise de nossas realidades, que se repetem em cada país da bacia amazônica, nós, juventudes, somos conscientes de que a luta é permanente para os povos indígenas.

Sabemos que a realidade que enfrentamos não é nova. Nós, os povos, sempre tivemos que resistir a múltiplas ameaças externas, agora é a COVID-19, mas historicamente nossos direitos foram feridos, os territórios invadidos e violentados, sendo uma realidade que infelizmente continuará. Por isso, estamos convencidos que a partir de nossas trincheiras e com a geração deste tipo de espaços, onde podemos compartilhar e criar propostas em benefício de nossos povos, podemos seguir resistindo, mas sobretudo salvaguardando nossos conhecimentos e saberes e defendendo nosso território.

“Todo esse conhecimento que ainda se conserva nas comunidades pode ser utilizado como uma escola para ensinar crianças e jovens através de processos de formação, com base na sabedoria de nossos anciãos.”

Rodolfo Gómez, povo Marui – Colômbia.



Maloka, comunidade Peleletpoe - Suriname.

● Também, para fortalecer nossas ações em território, nós, juventudes, propomos que a partir da COICA, como organização regional no âmbito dos nove países amazônicos, trabalhe-se na conformação de uma plataforma tecnológica, à qual todas as juventudes indígenas tenhamos acesso e em que possamos compartilhar nossas experiências, tanto pessoais como em nível organizativo. O objetivo é que as práticas bem sucedidas possam ser replicadas e todos possamos nos retroalimentar constantemente com conhecimentos próprios, gerados a partir do território indígena amazônico, incidindo, desta forma, na preservação dos conhecimentos e saberes ancestrais.

“Quero convidá-los a que façamos uma reflexão do que estamos vivendo e que, como juventudes, analisemos como vamos apoiar nossos líderes, nossos representantes. Temos a capacidade de propor ideias a partir de nossas cosmovisões, nosso pensamento próprio e nossa lei de origem para superar estas realidades que vêm nos afetando historicamente.”

Vanesa Teteye, povo Bora – Colômbia.



Cerimônia tradicional Wayampi - Guiana Francesa.

● Finalmente, insiste-se em que apesar de que as juventudes, os líderes e as comunidades defendamos nossos territórios, trabalhemos também no fortalecimento de nossa identidade e na conservação de nossos conhecimentos e saberes ancestrais. Não se poderá avançar muito se agentes externos e os próprios governos atentam e violam constantemente nossos direitos. Por isso, exigimos que se tome ação, que se cumpra a legislação vigente que ampara os povos indígenas, para que exista uma verdadeira mudança no território e se possa conviver em uma sociedade mais justa, inclusiva e com respeito à diversidade.

Apesar da opressão e influência dos modelos externos, os conhecimentos e saberes dos povos indígenas conservaram-se através do tempo, transmitidos de geração em geração. Dessa maneira, nós, muitas das juventudes, seguimos aqui, orgulhosas de nossas raízes e, de uma forma ou de outra, impulsionando ações em território que contribuem para a nossa permanência no tempo e no espaço.

Tabela 2: Análise das problemáticas do segundo eixo.

Conhecimentos e saberes ancestrais	
<p>Muito relacionadas ao primeiro tema, as contribuições realizadas enquadraram-se e um problema central:</p> <ul style="list-style-type: none">● Perda dos conhecimentos e saberes ancestrais. Cujas causas e efeitos se detalham a seguir:	
Causas	Efeitos
<ul style="list-style-type: none">● Perda e negação da identidade.● Discriminação e exclusão.● Invasão e intervenção indiscriminada dos territórios.● Globalização e imposição do modelo ocidental.● Migração às cidades● Falta de políticas públicas com pertinência cultural.● Insuficientes meios próprios de comunicação.	<ul style="list-style-type: none">● Desvalorização e desinteresse por salvaguardar os conhecimentos e saberes ancestrais.● Preferência às práticas ocidentais.● Afetação da biodiversidade do planeta.● Aceleração das mudanças climáticas.● Abandono do território.● Ausência de registros escritos sobre os conhecimentos e saberes ancestrais.● Acesso limitado à informação.
Propostas realizadas	
<ul style="list-style-type: none">● Registro e documentação dos conhecimentos e saberes dos povos indígenas.● Geração de espaços de participação próprios, com o envolvimento de todos os membros da comunidade.● Revalorização dos saberes milenares, através do uso e aproveitamento adequado das ferramentas e conhecimentos ocidentais.● Cumprimento por parte dos Estados, da legislação vigente que ampara os povos indígenas.● Desenvolvimento de projetos e iniciativas que contemplem os princípios dos povos indígenas, como o turismo rural ou comunitário.● Criação de uma plataforma tecnológica para o intercâmbio de experiências no âmbito dos nove países.	



Educação Intercultural



3.- EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Baseados na compreensão dos conceitos de identidade e território, assim como nos de conhecimentos e saberes ancestrais analisados previamente, enquanto juventudes, nós entendemos a importância histórica da educação, compreendida como um processo de aprendizagem através do qual o ser humano obtém seus conhecimentos, permitindo-lhe desenvolver habilidades, costumes, crenças e formas de pensar e agir.

De acordo com as razões previamente expostas, a educação tem sido a bandeira de luta das organizações dos povos indígenas, compreendida como um direito fundamental. Com a proposta de uma educação intercultural, luta-se pelo respeito e reconhecimento das diversas práticas e saberes atribuídos aos povos indígenas, com a finalidade de que se gerem políticas adequadas para a oportuna coexistência das diferentes culturas, sem a pressão de um único modelo de pensamento imposto e hegemônico.

Como povos indígenas, entendemos que a interculturalidade leva em consideração a diversidade e a interação entre as diferentes culturas e, portanto, o conceito de educação intercultural não corresponde a um uso exclusivo pelos povos indígenas. A luta por esse direito exige o reconhecimento e a valorização de todos os conhecimentos e saberes em igualdade de condições, considerando que nenhuma cultura é mais ou menos importante, são apenas diferentes.



Jovem de nacionalidade Kichwa da Amazônia - Equador.

Neste sentido, nós, juventudes da bacia amazônica, concebemos a **educação intercultural**, como um processo de formação e aprendizagem permanente que considera como princípio fundamental o uso das línguas originárias e a cosmovisão dos povos. Além disso, que, em combinação com o sistema de conhecimentos e práticas convencionais, a educação intercultural contribui com uma visão comunitária que rompe o estilo clássico de uma aprendizagem exclusivamente teórica, baseando-se em experiências práticas geradas através do contato direto em território com a comunidade e com a Mãe Natureza, através do uso de materiais didáticos adaptados, cujo resultado tem um benefício coletivo.

“É importante promover uma educação em espaços abertos para alcançar uma verdadeira conexão com nossa Mãe Natureza.”

Cesar Quintero, povo Mapoyo – Venezuela.



Comunidade Jawalla - Guiana.

Dada essa questão, nós, povos indígenas, somos testemunhas de que, sob ações de imposição e violência, o sistema de dominação tentou nos anular ao querer nos apagar da história, levando em conta que suas definições de “civilização” incluem o desaparecimento das línguas maternas, dos costumes, dos conhecimentos e dos saberes ancestrais, ou seja, o desaparecimento de nossos povos. Por isso, é nossa fortaleza e motivo de orgulho como juventudes indígenas amazônicas que, apesar de tanto dano e exclusão histórica, permanecemos lutando pela defesa de nossos territórios.

“Talvez a maioria de nós, em algum momento, foi discriminada quando chegou à cidade ou à universidade. Contudo, em meu caso, os comentários discriminatórios jamais fizeram com que eu me sentisse inferior; pelo contrário, me esforcei em dobro para que minha cultura fosse conhecida e valorizada, tanto em meu colégio como na universidade.”

Yulissa Trigoso, povo Yine – Peru.

Nossos pais, avôs e avós lutaram e muitos morreram no caminho percorrido por exigirem nossos direitos. Atualmente, tendo como base os tratados internacionais, a educação intercultural é reconhecida na legislação da maioria dos países da bacia amazônica.

Contudo, não houve uma mudança nos modelos educativos, porque, infelizmente, as ações políticas não correspondem ao que está no papel, ficando tudo na teoria e nos arquivos dos governos que, em muitos casos, não têm a vontade moral nem política de implementar os processos educativos interculturais. Essa situação se repete em diferentes países da bacia amazônica, onde os processos interculturais não são viabilizados.

“Nós, povos indígenas, temos direitos, mas esses direitos estão invisibilizados, são direitos mais no papel do que na prática. Somente nos reconhecem na hora de implementar projetos de desenvolvimento econômico, conforme proposto pelo ocidente. Para nós, o que nos interessa é um desenvolvimento sustentável, um desenvolvimento comunitário.”

Nathalia Bacca, povo Inga – Colômbia.



Comunidade Jawalla - Guiana.

Desafios identificados na implementação da educação convencional e intercultural

- Pela influência do sistema dominante e da globalização, tal como se analisou nas temáticas anteriores, abrir-nos caminho em um sistema educativo alheio, onde as regras do jogo são impostas e os diferentes são excluídos, é sumamente complicado. Representa um grande desafio para nós, povos indígenas, adaptar-nos a um ambiente onde o materialismo é o primordial, onde o ser humano deve ser mais produtivo - porém mais desumanizado e mais racional - mas menos sensível.

“Através da influência do uso de sua língua e sua música, o mundo ocidental está se inserindo bruscamente em nossos territórios. Por isso devemos, começar a partir de nossas, casas a escutar as histórias e narrativas de nossos anciãos para preservar nossa identidade e língua materna.”

Salvador Miraña, povo Miraña – Colômbia.

● A limitação dos serviços básicos em nossas comunidades inclui o sistema educativo que, apesar das propostas constantes do Estado de suprir as necessidades baseadas na exploração de nossos territórios, não foram cumpridas, razão pela qual não dispomos de infraestrutura educativa e, nos casos em que há, ela é precária e centralizada. Devemos nos deslocar por grandes distâncias, correndo muitos riscos dada a limitação do transporte e as difíceis condições de acesso. Tudo isso está vinculado diretamente com as deficiências de aprendizagem, porque as condições físicas dos centros educativos são tão importantes como o trabalho dos docentes, a disponibilidade de materiais didáticos, as tecnologias e outros serviços complementares.

Essas limitações que se arrastam desde o nível educativo básico, tornam-se visíveis nos problemas que se apresentam para incluir-nos nas séries do ensino médio, assim como na educação superior, mais ainda por estarem situadas nas zonas urbanas.

“Pela influência da educação ocidental, na escola, nós estamos vendo com as lentes do ocidente. Devemos tirar essas lentes para ver por nós mesmos e poder implementar nossa educação.”

José Gudiño, povo Puinave – Venezuela.



Comunidade Coeroeni - Suriname.

- Em relação à transmissão de conhecimentos, há a designação de docentes externos que não possuem um entendimento acerca da interculturalidade e da cosmovisão dos povos. Desde os níveis educativos mais básicos, inicia-se a imposição de um modelo externo que, desde o início, nos desvincula de nossa identidade ao impor uma língua estrangeira e uma aprendizagem entre quatro paredes. Esta situação prejudica o desenvolvimento cognitivo dos alunos, mas, sobretudo, nos desconecta da natureza e, conseqüentemente, da comunidade.

“Em nossos povos, a língua materna ainda se mantém forte, mas eu sou a única professora indígena e bilíngue. Essa é uma fraqueza porque se apresentam dificuldades muito grandes quando um professor não-indígena ingressa a nossas comunidades e tem que se adaptar à nossa língua. Contudo, atualmente, estamos formando professores de nossa comunidade para fortalecer a interculturalidade a partir das escolas.”

Inai'ury Carneiro Pompeu, povo Guajajara – Brasil.

“Na Guiana Francesa, o tema da discriminação e as distâncias que devemos percorrer para estudar são obstáculos que enfrentamos para nossa educação. Aqueles jovens que conseguem passar os processos de seleção têm que ir à França metropolitana, na Europa, onde se encontram sós em um lugar onde não podem falar sua língua e no qual se sentem perdidos. Muitos deixam de estudar e voltam para perto de suas famílias e, como na Guiana não existem muitas opções de universidades, não podemos avançar realmente. Acho que esta problemática afeta todos os povos indígenas da Amazônia. Nós, juventudes presentes, temos muito trabalho pela frente.”

**Anaïs Labonte,
povo Palikur – Guiana Francesa.**

● Quando nós, juventudes indígenas, buscamos educação superior, iniciamos um desafio ainda maior, dado que, em busca de espaços e educação de qualidade devemos sair de nossos territórios e deixar as comunidades, o que representa um enfrentamento com um novo estilo de vida que nos exige uma adaptação imediata de acordo com outros padrões, algo que para nós é difícil. Nesse meio, a discriminação é uma das maiores ameaças que enfrentamos pelos preconceitos que se geram por nossa procedência e nossas formas de pensar.

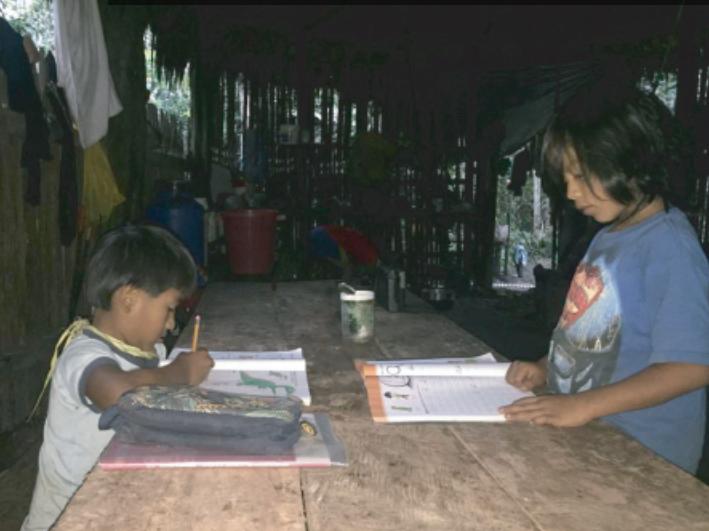
As limitações econômicas também influem enormemente e, por essa complicação, em muitos casos, nós, juventudes, desistimos e preferimos buscar emprego nas cidades, fato que nos leva a realizar trabalhos informais e com salários indignos, ocasionando a perda de nossa identidade e a desconexão com nosso povo, com um baixo índice de regresso às comunidades. Nos territórios da bacia amazônica, como resultado do abandono histórico dos Estados, não existem muitas opções de universidades, o que limita nossas possibilidades. Ao final, muitos de nós ficamos paralisados, e, nos casos mais graves, há juventudes que, pela falta de oportunidades e emprego, deprimem-se e acabam se suicidando.



Comunidade Jawalla - Guiana.

● É preciso ressaltar que os conteúdos das grades curriculares, que são trabalhados em todos os níveis de educação, são obsoletos e contêm informação relacionada somente à cultura ocidental, sem levar em conta a diversidade nem a cosmovisão própria de cada território, tampouco o ritmo, a forma de aprendizagem e as necessidades dos alunos.

O princípio dos conteúdos educativos deve ser o de conservar e de respeitar a riqueza dos povos, gerando a partir desses espaços processos mais equitativos e justos, com uma visão própria, para que não haja uma distorção das realidades originárias.



- Como juventudes indígenas da bacia amazônica, consideramos que os docentes são um fator humano chave para o fortalecimento dos modelos educativos. Porém, no panorama da educação intercultural, o corpo docente designado não é indígena e não considera a importância de sua cosmovisão, porque são formados com base nos conhecimentos distanciados da diversidade, com um pensamento polarizado, que é replicado nas aulas.

Há casos de docentes e profissionais indígenas que vão à cidade para se prepararem e, ao retornarem a suas comunidades, não mantêm a língua, os conhecimentos nem os saberes ancestrais. Neste sentido, temos uma grande fraqueza ao dispor de profissionais pedagógicos indígenas que conservem sua identidade e seu sentimento de pertencimento; fato que se distancia de um empoderamento de nossa identidade.

“É lamentável que existam companheiros indígenas que saem à cidade para se prepararem, estudam e retornam à comunidade, mas ao se converterem em docentes ou profissionais em outras áreas, já não conservam a língua nem os conhecimentos e saberes ancestrais.”

Nanki Sharup, nacionalidade Shuar – Equador.



Cidade de San Ignacio de Velasco - Bolívia.

- Um dos grandes desafios que temos em nossas organizações é gerar opções próprias para resgatar os saberes e conhecimentos dos povos indígenas. A uma grande parte das gerações atuais já não nos interessa aprender nossa língua materna e preferimos aprender idiomas estrangeiros, muitas vezes para melhorar nossa situação econômica e, em outros casos, porque definitivamente estamos desvinculados de nossa identidade, de nossa comunidade e de nosso povo. Por isso, é imprescindível que, a partir dos próprios povos indígenas, geremos ferramentas e espaços próprios e inovadores para fazer com que as crianças, adolescentes e juventudes atuais se apaixonem por nossas raízes e não desviem sua atenção para o exterior, mas que voltem a olhar para dentro.

“A educação intercultural tem como finalidade desenvolver habilidades coletivas e individuais, aprofunda nosso próprio sistema de pensamento e promove o empoderamento e a defesa de nossos direitos.”

Daniela Guzmán povo Ñengatu – Venezuela.



Rio Tapanahony, comunidade Apetina - Suriname.

O que nós, juventudes indígenas amazônicas, propomos a respeito desse tema?

O quarto objetivo sustentável da agenda 2030⁸ determina que se deve: garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem durante toda a vida para todos, considerando que a educação é um dos motores mais poderosos e comprovados para garantir o desenvolvimento sustentável de qualquer nação.

Neste contexto, a partir das vozes das juventudes indígenas amazônicas, e com as experiências baseadas na diversidade de cada um de nossos espaços propomos:

⁸ A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015, foram concebidos como uma Agenda ambiciosa e universal que impulsiona os países e a Comunidade Internacional a desenvolver estratégias de desenvolvimento includentes e sustentáveis.

● Uma das bases para garantir os direitos dos povos indígenas é reconhecimento de tais direitos na legislação de cada Estado, razão pela qual nós, juventudes indígenas da bacia amazônica, levantamos nossas vozes para demandar que isso seja iniciado. Embora países amazônicos como Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela já tenham ratificado a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais⁹, Suriname, Guiana e Guiana Francesa não reconheceram esse instrumento fundamental e importante para o exercício pleno dos direitos dos povos indígenas. Essa situação representa uma grande ameaça para nossa sobrevivência. Esse é o ponto de partida para a aplicação de normativas relacionadas com a educação intercultural, porém, como acontece com a maioria de legislações, não se cumprem na prática.

Nos países onde já há uma regulamentação correspondente, é urgente e impostergável que exista uma predisposição e vontade política dos governos para efetivarem o que já está estabelecido e gerarem processos sustentáveis em conjunto com os povos indígenas.

Nossa exigência concentra-se em que se contemple como direito o acesso aos dois tipos de educação. Assim como existe acesso à educação ocidental, que também prevaleça o direito de frequentar e aprender os conhecimentos e os saberes próprios e que esses sejam de qualidade. Se não agirmos oportunamente, muitos de nós, povos indígenas, iremos sofrer o risco de extermínio.

⁹ A Convenção 169 foi adotada pela 76ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho, OIT, em Genebra, em 27 de junho de 1989. Reúne os princípios da Declaração Universal de Direitos Humanos, Pacto Internacional dos DESC, Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, a evolução do direito internacional desde 1957 e os instrumentos internacionais sobre prevenção da discriminação.



Lago Yarinacocha, Ucayali - Peru.

● Também é importante que se gerem espaços próprios de educação, que nasçam de nossas necessidades como juventudes e sob os princípios dos povos indígenas, com base na experiência de casos bem sucedidos em território. Para isso, é imprescindível que se considere a criação de Escolas de Formação Política e de Liderança no âmbito dos nove países amazônicos. Esses espaços devem constituir cenários para que as juventudes se envolvam, que permitam a geração de novas lideranças e que, a partir daí, analise-se a maneira de nos vincularmos com a educação formal ou convencional. Devemos começar por reforçar a educação a partir do que é nosso, porque sem isso não é possível que avancemos como povos no fortalecimento da educação intercultural.

“Nós, da organização dos povos indígenas da Amazônia colombiana, temos uma escola de formação política que tem sido um espaço para que as juventudes indígenas pela primeira vez nos sentemos e falemos de educação, de educação própria e intercultural. Isso tem nos permitido elevar nossa voz, afiançar nossa luta e posicionar a palavra das juventudes.”

Héctor Yucuna, povo Yucuna – Colômbia.

● É necessário que comecemos a nos apropriar dos espaços em todos os níveis educacionais e isso também implica que, a partir da organização e das comunidades, contribuamos para a construção da grade curricular de cada país. Isso ajudará a incluir conteúdos culturalmente adaptados à realidade de cada território, a gerar materiais didáticos próprios, trabalhando, assim, para o fortalecimento da identidade dos povos indígenas.

Em alguns países como o Peru, já existem experiências bem sucedidas a esse respeito, onde as organizações indígenas se envolveram na construção da grade curricular nacional. Essa experiência pode ser replicada no âmbito dos outros países amazônicos.

Rio Oyapock,
comunidade Wayampi - Guiana Francesa.



“É de vital importância que nos processos educativos se levem em conta as particularidades de cada povo. Embora sejamos parecidos, somos distintos, cada um apresenta suas necessidades e dificuldades de acordo com o território.”

María José Bejarano, povo Chiquitano – Bolívia.

- Para garantir uma educação intercultural de qualidade, deve-se trabalhar no acesso a oportunidades em igualdade de condições, para que a partir dos povos indígenas se formem profissionais que se preparem e se especializem na área educacional e que, a partir de sua cosmovisão, uso e manejo da língua materna, possam construir espaços educativos interculturais e inclusivos. Em países como o Brasil, em alguns de seus estados, executou-se um trabalho progressivo em políticas de educação intercultural que estão tendo impacto nos níveis do ensino fundamental, médio e superior.
- Como algo ambicioso, mas necessário, gera-se a proposta de criar uma universidade Amazônica no âmbito dos nove países, que pode começar com sua execução em um deles e, posteriormente, multiplicar a experiência para todo o território amazônico. Este espaço próprio é idôneo para que nós, juventudes, nos formemos em complementaridade com a educação convencional, constituindo-se em um espaço diverso, no qual se respeitem todas as culturas. Além de aprofundar nos conhecimentos e saberes de cada um de nossos povos, seria uma instância de aprendizagem com o objetivo de pôr em prática nossa língua materna, contribuindo ao desenvolvimento de um pensamento indígena próprio.

“A educação intercultural bilíngue é um tema muito importante e de amplo debate. Porém, quero deixar registrado que em meu estado, Amapá, nós, juventudes indígenas, juntamente com a organização, estamos trabalhando muito nisso, para recuperar o que perdemos, que foi bastante. Estamos lutando e um dia venceremos.”

Magner dos Santos, povo Karipuna – Brasil.



Comunidade Achuar, Morona Santiago - Equador.

- De acordo com o contexto atual, uma opção adaptada ao território amazônico, por sua dinâmica territorial e geográfica, é o desenvolvimento de processos para a implementação de universidades itinerantes, com o fim primordial de que nós, juventudes, não tenhamos que sair de nossos territórios e que o intercâmbio de conhecimentos e saberes possa ser gerado em campo, em contato direto com a comunidade e em conexão com a Mãe Natureza. Através da execução de atividades cotidianas que se geram no interior das comunidades, vamos formando um pensamento próprio, intercultural e amazônico.
- O trabalho deve começar por cada um de nós, sendo fundamental que, na construção conjunta dos planos de vida de cada uma de nossas comunidades e povos indígenas, incluam-se ações e estratégias para fortalecer o sistema educativo intercultural que respondam diretamente a nossas realidades.

Tabela 3: Análise de problemáticas do terceiro eixo.

Educação Intercultural	
De acordo com as contribuições analisadas neste eixo, evidencia-se um problema central: <ul style="list-style-type: none">● Implementação de um modelo educativo monocultural e excludente.	
Causas	Efeitos
<ul style="list-style-type: none">● Ausência de vontade política das autoridades.● Descumprimento da legislação educacional vigente.● Políticas públicas educacionais construídas de cima para baixo.● Falta de empoderamento na educação própria por parte das gerações atuais.	<ul style="list-style-type: none">● Falta de reconhecimento dos tratados e acordos internacionais referentes aos direitos dos povos indígenas.● Acesso limitado à educação intercultural nos diferentes níveis educacionais.● Políticas educativas sem pertinência cultural (docentes e conteúdos de grades curriculares monoculturais).● Imposição de políticas educativas que não respondem a realidades culturais e geográficas.● Perda dos conhecimentos e saberes ancestrais.
Propuestas planteadas	
<ul style="list-style-type: none">● Criar uma universidade intercultural no âmbito dos nove países amazônicos.● Gerar processos para a implementação de universidades itinerantes nos territórios da bacia amazônica.● Implementar escolas de formação política e de liderança nas organizações-base da COICA.● Incluir a educação intercultural como eixo fundamental nos planos de vida comunitários.● Fazer o levantamento de uma base de dados de docentes e sábios de cada um de nossos povos.● Envolver as organizações e comunidades indígenas na construção da grade curricular de cada país.● Fortalecer a educação própria a partir de nossas famílias e comunidades.	



Juventudes e Política Organizativa



4.- JUVENTUDES E POLÍTICA ORGANIZATIVA

Para entender a dinâmica atual das organizações indígenas, nós, juventudes, analisamos o funcionamento de nossos modelos de governos anteriores. Nós, comunidades e povos indígenas, tínhamos nosso próprio sistema de governo comunitário, cada um com suas particularidades, que funcionavam conforme suas realidades e necessidades, com a liderança de um cacique ou um conselho conformado pelos sábios, avôs e avós do povo que, dependendo da situação geográfica e cultural, organizavam-se em uma estrutura social de matriarcados ou patriarcados.

Na dinâmica desenvolvida no cotidiano, em convivência com a natureza, cada integrante da comunidade cumpria um papel. Os anciãos e avós, como os sábios, são os que detêm os conhecimentos e saberes ancestrais, assim como os cuidadores da terra. As mulheres como tecedoras de vida e transmissoras das línguas e das culturas. As crianças e as juventudes como aprendizes de toda essa sabedoria e executores dos planos guiados pelos anciãos.

Como analisamos, tanto por influência da globalização e da dinâmica mutante própria das sociedades, nós, juventudes, fomos testemunhas de como nossas comunidades e povos indígenas se adaptaram a novas estruturas organizativas, combinando os processos próprios com os gerados pelo sistema ocidental.



Encontro de Jovens CONFENIAE, Toñampare - Equador.

Na atualidade, as organizações indígenas encontram-se em constante processo de aprendizagem e reestruturação. Sem sua influência e trabalho, não se teria conseguido o reconhecimento dos direitos coletivos como povos indígenas. Hoje, todos estamos lutando por uma causa muito importante, que é a defesa da Amazônia.

Com base nesta premissa, na atualidade, a organização indígena constitui a estrutura organizada de comunidades e povos indígenas sob os princípios de unidade e reciprocidade, luta pelos direitos e defesa dos territórios de seus povos, representando-os e zelando pelos interesses de suas bases com o objetivo de que não sejam invisibilizadas.



Para garantir as atividades da organização indígena, suas ações devem se implementar mediante uma adequada **política organizativa**, que nós, juventudes, definimos como, *o processo de tomada de decisões que as organizações indígenas executam baseadas nas propostas e alternativas apresentadas em matéria de política, direito, justiça, educação e saúde, entre outras, para a defesa da identidade, da cultura e do território, como uma contribuição na construção de uma sociedade intercultural, que elimine essa brecha de exclusão histórica a que fomos impostos os povos indígenas.*

No marco do trabalho conjunto com as organizações, sob um processo de lutas próprias e diálogo com os líderes, nós, juventudes, temos ganhado nossos espaços. Nossas vozes se escutam, fato que nos permitiu gerar processos baseados em nossas necessidades em território, destinados ao fortalecimento de nossa língua e, conseqüentemente, de nossa identidade.

“Através das organizações, ganhamos reconhecimento. Se nós ficamos exclusivamente nas comunidades, não vamos ganhar nada. Tudo se constrói através das lutas, as quais hoje estão sendo visibilizadas, e como organizações estamos ganhando mais força.”

Magner do Santos, povo Karipuna – Brasil.



Encontro Juvenil Indígena,
Madre de Dios - Peru.

Os espaços de encontro e intercâmbio de experiências entre juventudes indígenas desenvolvidos em cada de um dos países demonstraram ser efetivos. Esta situação nos permitiu criar alianças estratégicas com outros movimentos sociais. A partir desses acordos, ganhamos a força que necessitamos como povos indígenas para enfrentar as problemáticas que mais nos afetam.

“A Guiana Francesa evidencia um surgimento das juventudes indígenas envolvidas na política organizativa. Em 2017, houve uma grande manifestação na qual nós, juventudes, nos envolvemos, fazendo com que o governo francês escutasse as vozes dos povos indígenas na luta contra o gigante da mineração em nosso território. A participação das juventudes indígenas, em todos os espaços, torna-se cada vez mais transcendental. Começamos a enfocar nossa atenção no que é realmente importante: nossa identidade e nossa cultura.”

Yann Kayamarê, povo Kalin'a – Guiana Francesa.

“Como parte da Coordenação de Jovens da Amazônia colombiana, temos participado em manifestações e em meios de comunicação. Perante o governo nacional, temos uma mesa regional amazônica onde, pela primeira vez, nós, jovens indígenas amazônicos, temos participação e voz na tomada de decisões. São espaços que estamos ganhando com a força e resistência da luta indígena.”

Héctor Fabio Yucuna,
povo Yucuna – Colômbia.

Concretizaram-se experiências bem sucedidas em território, através de processos de formação gerados a partir da gestão da organização indígena com especial enfoque no trabalho com as juventudes. A Colômbia é um exemplo, visto que, através da Escola de Formação Política implementada para as juventudes indígenas da Amazônia colombiana, se conseguiu gerar processos importantes que fortaleceram a participação, a análise crítica e o acionar das juventudes em temas como: a comunicação própria, o papel da mulher indígena e os processos organizativos em contextos urbanos, entre muitos outros também importantes.

Como povos indígenas, temos espaços e expressões próprias de comunicação que estão vinculadas essencialmente com a conexão que mantemos com a Mãe Natureza. Identificar e divulgar essas manifestações comunicacionais contribui para a conservação dos conhecimentos e saberes ancestrais, consolidando a comunicação própria como um mecanismo de resistência para as juventudes indígenas.

“Espaços de círculo de palavra, tecidos e artes próprios, medicina ancestral, conexão com a natureza e suas manifestações são sistemas próprios de comunicação que, como juventudes, devemos ir protegendo e valorizando. À medida que a tecnologia avança, usar esses meios para nos apoderarmos e nos envolvermos na promoção dos conhecimentos e saberes próprios é ir consolidando o direito a uma comunicação indígena.”

Vanesa Tetey, povo Bora – Colômbia.



Nesse contexto, evidenciou-se que a organização indígena, através dos espaços gerados nas zonas urbanas, também representa um apoio e fortaleza para as juventudes e, em geral, para os povos indígenas que tivemos que migrar às cidades por diferentes motivos. Isso nos permite conservar nossa identidade e manter um vínculo com o território, apesar de estarmos longe de nossas famílias e comunidades.

“Como juventudes indígenas podemos incidir, embora não nos encontremos no território, a partir do sentimento de pertencimento à nossa identidade, ao nosso povo.”

Claudia Mejía, povo Murui Muina – Colômbia.

Problemáticas identificadas no contexto das organizações indígenas:

- Um aspecto que está claro para as juventudes neste contexto é que, ao formar parte da organização indígena, o objetivo sempre é gerar processos em prol de nossos povos. A busca de espaços políticos para ocupar cargos públicos não está vinculada com a organização, porque quando se obtém um cargo em processos eleitorais, passa-se a representar o governo e já não mais a organização. Cada espaço tem seu próprio propósito, porém, existem setores que não concebem essa diferença e se envolvem nos espaços organizativos com intenções políticas.
- Algumas organizações se enfraqueceram devido ao desconhecimento de temas administrativos, financeiros e técnicos, o que não lhes permitiu cumprir com os objetivos para os quais foram criadas, gerou desconfiança nas bases e, em alguns casos, conduziu ao fracionamento da organização. Contudo, nós, juventudes, temos a capacidade e a responsabilidade de nos envolvermos no fortalecimento da organização em função de nossos conhecimentos.

“Aqui estamos para seguir trabalhando, para continuar fortalecendo nosso direito como povos indígenas, como juventudes.”

Miguel Rojas, povo Piapoco – Venezuela.



“Não confiam na capacidade da mulher indígena jovem porque consideram que ela não tem experiência no tema organizativo. O desafio é começar a combater esse paradigma de que a mulher desconhece os processos organizativos, de que somente deve estar na cozinha ou nos cultivos. Esses são processos culturais muito importantes e, como jovens, devemos conhecer 100% de nossas culturas, mas também 100% da parte ocidental, e é aí onde devemos encontrar essa convergência para poder apoiar os processos culturais.”

Zaiza Rodríguez,
povo Cubeo – Colômbia.

● Os estatutos das organizações de base de alguns países não contemplam a participação das juventudes de maneira legítima, fato imprescindível para garantir o envolvimento das juventudes nos processos organizativos e, portanto, a continuidade da luta pela defesa de nossos territórios.

● Também apresentam-se grandes desafios em relação ao papel da mulher indígena jovem nos processos organizativos. Como juventudes, evidenciamos que, tanto no âmbito comunitário como organizativo, as mulheres indígenas não têm a confiança para participar na criação de propostas e, ao se envolverem, existem limitações como a discriminação de gênero. Além disso, as normas internas em nível organizativo não contemplam a inclusão da mulher devido a que, tradicionalmente, os espaços de tomada de decisões estavam designados aos homens.

No contexto atual, é urgente tomar medidas para garantir espaços de participação com igualdade de condições.

Quais são as propostas das juventudes em relação à política organizativa nos territórios amazônicos?

- O compromisso principal entre os que já estamos trabalhando dentro da organização indígena é convocar e envolver mais juventudes nesse espaço, visto que muitos ainda não conhecem a importância nem a incidência que se gera através das organizações indígenas nos processos de luta.
- Que a partir da COICA, como organização regional, continue-se apoiando e impulsionando espaços de participação e envolvimento das juventudes indígenas dos nove países amazônicos, como encontros binacionais de organizações indígenas juvenis, escolas de formação política e de liderança, consolidação de uma rede de juventudes indígenas amazônicas com diferentes frentes de trabalho, como: arte (pintura, música, dança), educação, formação, economia, direito, entre outras. Todos esses espaços o objetivo de fortalecer os trabalhos organizativos das juventudes, visibilizar os problemas em comum e, através da parceria, enfrentá-los de maneira coletiva.

“A resistência não é lutar ou gerar caos, a resistência é construir, é uma forma de visibilizar nossos pensamentos, nosso viver diário. Por isso, proponho que a partir da COICA se crie um coletivo de arte e, através de uma plataforma virtual, se mostre ao mundo nosso trabalho e criatividade, a partir do território e de nossos sonhos. Usar a arte como uma ferramenta de resistência.”

Yanda Montahuano, nacionalidade Sapara – Equador.

**Encontro da Rede de Adolescentes e Jovens Indígenas da Amazônia (RAJIA),
Comunidade Platanillal - Venezuela.**



- Com a finalidade de consolidar planos de trabalho conjuntos, uma vez superadas as circunstâncias atuais, e com base nas contribuições realizadas neste Encontro Virtual, é importante que se execute o Primeiro Congresso das Juventudes da Bacia Amazônica, concebendo as juventudes como atores fundamentais da luta na defesa de nossos territórios.
- Em nível estatutário, consideramos necessário que se crie a Coordenação das Juventudes, tanto nas organizações bases de cada país como regionalmente, a partir da COICA, com o fim de que se tenha uma representação em nível internacional e que se articulem os planos de ação nos nove países. Nós, juventudes, devemos ter uma coordenação legítima para ter incidência e participação em todos os espaços.

“É motivador saber que não estamos sós, que contamos com uma Diretoria da COICA que aposta nas juventudes amazônicas, e que também existem aliados de nossa luta que é histórica e nós, como jovens, devemos nos esforçar para chegar a cada comunidade, a cada povo, e garantir que esses espaços também ocorram nas comunidades. Nós, jovens, somos parte da solução, é essencial nossa participação, nossa ação para poder continuar eliminando as inequidades e poder gerar nossas próprias soluções.”

José Gudiño, povo Puinave – Venezuela.



Comunidade de Mituseño Urania, Vaupés - Colômbia.

“Algo muito importante dos encontros da bacia amazônica é que estamos nos fortalecendo e já somos protagonistas em relação à política organizativa.”

**Alana Manchineri,
povo Manchineri – Brasil.**

- Considerando que a equidade de gênero é um desafio presente nas organizações indígenas, é importante que exista vontade política dos líderes para trabalhar em estratégias que permitam gerar espaços equitativos em relação ao envolvimento da mulher indígena na organização.

- Fortalecer a rede de comunicação das juventudes líderes das organizações de base que conformam a COICA, com estratégias que permitam consolidar a comunicação própria como um mecanismo de resistência para as juventudes indígenas.

“Tem sido um espaço muito interessante para poder aprender e difundir tudo o que está sendo feito em cada um dos países. Apropriemo-nos das novas tecnologias, destes novos formatos virtuais, com o objetivo de manter em contato e em sintonia todos os povos indígenas, para que se sinta nossa presença.”

Cesar Quintero, povo Mapoyo – Venezuela.

● Envolver os quadros técnicos de nossas comunidades nos processos da organização indígena, que com seu conhecimento como profissionais graduados possam contribuir e fortalecer a organização, ao mesmo tempo em que não se desvinculem de sua comunidade nem de seu povo.

“Temos analisado muitas propostas, mas para implementá-las é necessário que existam recursos econômicos. É importante que se consiga e se possa criar um fundo para as juventudes de cada país, todos temos problemas diferentes. Não podemos ficar somente como observadores, devemos começar a agir e devemos ser os líderes que nossos povos precisam agora e para o futuro.”

Mona Lisa Sabajo,
povo Lokono – Suriname.

● Um tema que não se discutiu amplamente e que é importante considerar a partir da organização é o da saúde mental, porque muitos jovens, quando se mobilizam a zonas urbanas para continuarem seus processos educacionais deslocam a experimentar o choque cultural, sofrendo impactos em sua identidade e em sua estabilidade espiritual e mental.

“Para nós que temos a oportunidade de ingressar nas universidades, nosso maior desafio é contribuir com nossos territórios, nossas organizações em defesa de nossa Mãe Terra, porque é a melhor opção em benefício de nossos povos. Temos obrigações com nossas organizações.”

Wayra Shiguango, nacionalidade Kichwa da Amazônia – Equador.



Grupo ancestral Nomatsigena do Vale Pangoa - Peru.

- No marco dos processos que estão se gerando em prol das juventudes a partir das organizações indígenas, é importante que além do uso dos meios tecnológicos, como as redes sociais e as plataformas virtuais, consolidem-se espaços de comunicação mais adaptados aos territórios, como o uso de emissoras radiais, com o objetivo de empoderar e envolver as juventudes das comunidades que não dispõem de internet nos diferentes espaços de formação.
- Convocamos os líderes, pais, avôs e avós a confiarem nas juventudes e a se envolverem com nossas causas, que são as mesmas deles, para que em um trabalho conjunto possamos nos fortalecer como povos indígenas.

“Neste processo de aproximação, os sábios e adultos também têm responsabilidade. Não significa somente que nós devemos procurá-los, mas eles também devem se aproximar de nós.”

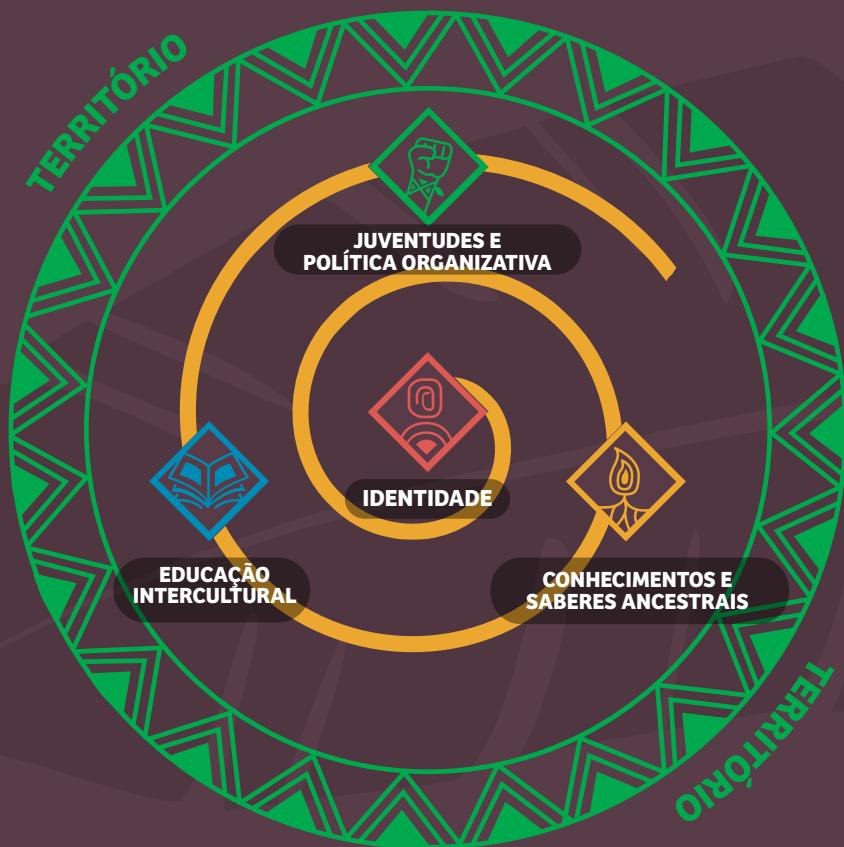
Liliana Hernández, povo Guanano – Colômbia.

Tabela 4: Análise de problemáticas do quarto eixo.

Juventudes e política organizativa	
<p>Nesta temática analisada, determina-se como um dos problemas centrais:</p> <ul style="list-style-type: none">● A limitada participação das juventudes na política organizativa.	
Causas	Efeitos
<ul style="list-style-type: none">● Desinteresse dos dirigentes e anciãos.● Estatutos das organizações não contemplam uma diretoria de juventudes.● Desconhecimento dos processos administrativos, financeiros e técnicos dentro da organização.● Influência da política partidária nas organizações.● Perda de identidade.	<ul style="list-style-type: none">● Exclusão das juventudes.● Falta de participação legítima das juventudes nos processos organizativos.● Falta de financiamento e criação limitada de espaços e encontros de participação para as juventudes.● Desconfiança e divisão das bases e juventudes.● Desinteresse das juventudes no envolvimento organizativo indígena.
Propostas realizadas	
<ul style="list-style-type: none">● Implementar escolas de formação política e de liderança a partir da COICA no âmbito dos nove países amazônicos.● Convocar e envolver mais juventudes nos espaços de participação da organização indígena.● Criar e registrar a Coordenação das Juventudes nos estatutos das organizações de base de cada país e em nível regional a partir da COICA.● Executar o Primeiro Congresso das Juventudes da Bacia Amazônica.● Realizar encontros binacionais entre organizações juvenis dos nove países amazônicos.● Fortalecer a rede de comunicação de jovens líderes das organizações regionais da bacia amazônica.● A partir da organização, incluir o tema de saúde mental nos diferentes espaços de debate.● Potencializar o uso das emissoras radiais como um instrumento para socializar em território as ações geradas pelas organizações indígenas.● Envolver na organização indígena os profissionais técnicos que surgem de nossas comunidades.● Construir uma rede de juventudes indígenas amazônicas com diferentes frentes de trabalho.● Implementar estratégias que permitam gerar espaços mais equitativos dentro da organização, com a participação em igualdade de condições entre homens e mulheres.	

CONCLUSÃO:

A seguinte imagem resume, em contexto, as perspectivas teóricas e práticas que nós, juventudes indígenas amazônicas, desenvolvemos no marco do Encontro Virtual com a análise dos quatro eixos temáticos.



Ameaças

- Violação dos direitos coletivos dos povos indígenas.
- Exploração indiscriminada de recursos por meio de atividades extrativistas (petróleo, mineração e exploração madeireira).
- Globalização e imposição de modelos econômicos.
- Discriminação.

A partir da noção da espiral (padrão presente em várias formas da natureza), cuja simbologia ancestral representa o processo de crescimento, evolução e continuidade que vai de dentro para fora, e fundamentados nos debates e consensos das juventudes participantes, concluímos que a **identidade** é o centro de tudo, que implica em saber quem somos e de onde viemos, convertendo-se em um conceito chave para a construção de processos sustentados em benefício de nossas culturas. Somente a partir de uma identidade fortalecida, podemos revitalizar e pôr em prática nossos **conhecimentos e saberes ancestrais**, entendendo que são a base para a preservação e sobrevivência de nossos povos.

Apoiados nessa sabedoria ancestral, podemos nos envolver e exigir uma **educação intercultural** a partir do que nos é próprio, para nos encontrarmos e fusionarmos os conhecimentos próprios e de outras culturas, sempre sabendo qual é nosso centro. Nós, **juventudes** indígenas, concebemos que todo esse processo é a base para nosso envolvimento efetivo e sustentado na **política organizativa** indígena, ou seja, regressar reiteradamente a nossas raízes, a nossa identidade, mas em um nível diferente.

Todos estes processos somente podem se desenvolver com a **garantia do território** do espaço integral onde se conjuga nosso viver cotidiano em conexão com a Mãe Natureza. Contudo, existem **ameaças** constantes que atentam contra nossos territórios amazônicos, como a violação dos direitos coletivos dos povos indígenas por parte dos Estados e a exploração indiscriminada dos recursos naturais através das atividades extrativistas em grande escala, implementadas pelo sistema dominante.

Conscientes de que a Amazônia é a região que contribui significativamente ao Produto Interno Bruto dos países amazônicos e, por suas características biodiversas, contribui com a maior quantidade de oxigênio para o mundo, é o território mais excluído e invisibilizado, privado de direitos fundamentais como serviços básicos, de educação e saúde.

Neste contexto, nós, juventudes, identificamos a necessidade urgente de regressar ao que nos é próprio, a nossas raízes, a nossa comunidade, ao nosso território e começar a resgatar as práticas que nos distinguem como povos indígenas, sobretudo aquelas baseadas no princípio de convivência harmônica com a natureza, onde o ser humano é parte e não seu dono, protejamos e preservamos os elementos que nela habitam. Essa necessidade **não é por simples nostalgia nem rebeldia, representa um ato de revolução diante da crise ambiental e civilizatória que o mundo atravessa** atualmente, como consequência das más decisões de nossos governantes e da ambição do ser humano, que, sob a influência do modelo capitalista intensificou as atividades extrativas, que concebe a natureza como objeto e não como um sujeito de direitos.

É importante ter claro que nos encontramos em um momento chave para a humanidade. Nossos sábios, avôs e avós estão partindo sem que possamos fazer muito. Contudo, é nosso compromisso como juventudes indígenas amazônicas empreender ações urgentes para preservar essa sabedoria e transmiti-la às novas gerações. A sobrevivência dos povos indígenas está em nossas mãos.

Finalmente, conclui-se que todas as problemáticas e ameaças presentes em nossos territórios e em nossas formas de vida não cessarão se não houver vontade política dos Estados, organizações e instâncias internacionais para executar estratégias oportunas e com pertinência intercultural em benefício das juventudes e dos povos indígenas.

Desejamos que este primeiro Encontro seja somente o início de uma etapa onde se consolidem os espaços de participação e envolvimento das juventudes dos nove países da bacia amazônica.

Nós, juventudes, somos a semente de resistência e luta, defenderemos e protegeremos nossos territórios!



CONHEÇA AS ORGANIZAÇÕES DE BASE DA COICA:



AIDSESP (Peru): Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana) - É uma organização formada há 40 anos. Representa nove organizações regionais de base situadas no norte, centro e sul da selva peruana, incluindo 109 federações e 1.809 comunidades, onde habitam mais de 650.000 mulheres e homens pertencentes a 64 povos indígenas, agrupados em 19 famílias linguísticas.



COIAB (Brasil): Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - Foi fundada em 19 de abril de 1989 e tem sua sede na cidade de Manaus. É a maior organização indígena do Brasil, integrada por suas 46 regionais de base, abrangendo os nove estados amazônicos do Brasil. Estima-se que a Amazônia brasileira ocupa 50% do território nacional e tem uma população indígena de 440.000 pessoas, com 180 povos indígenas e 160 línguas próprias.



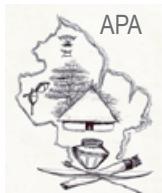
ORPIA (Venezuela): Organización Regional de los Pueblos Indígenas de Amazonas (Organização Regional dos Povos Indígenas do Amazonas) - É uma organização criada em 1993 em um Congresso Regional. Tem sua sede no Estado Indígena do Amazonas, na cidade de Puerto Ayacucho. Agrupa 35 organizações de base, pertencentes a 20 povos indígenas que habitam a Amazônia venezuelana.



CIDOB (Bolívia): Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (Confederação de Povos Indígenas da Bolívia) - Foi fundada em 1982 e tem sua sede em Santa Cruz de la Sierra. Atualmente, reúne 34 povos indígenas do Oriente, do Chaco e da Amazônia boliviana através de suas 13 organizações regionais. Estes povos habitam toda a região das “Terras Baixas”, ou seja, sete dos nove departamentos que conformam a Bolívia (Santa Cruz, Beni, Pando, Tarija, Chuquisaca, Trópico de Cochabamba e Norte de La Paz).



FOAG (Guiana Francesa): Federation Organisations Autochtones Guyane (Federação de Organizações Autóctones da Guiana Francesa) - Estima-se que a população indígena é de 19.000 pessoas, o que representa 10% da população total da Guiana Francesa, onde habitam povos indígenas como: Palikur, Kali'na, Pahikweneh, Lokono, Wayana, Wayapi e Teko.



APA (Guiana): Amerindian Peoples Association of Guyana (Associação de Povos Ameríndios da Guiana) - Foi conformada em 1991 e tem sua sede em Charlotte Street Bourda – Georgetown. A estrutura da APA compreende unidades de base e, atualmente, representa 80 unidades localizadas em cinco das dez regiões administrativas do país. Estima-se que na Guiana habitam mais de 70.000 mulheres e homens, pertencentes a nove povos indígenas.



OPIAC (Colômbia): Organización Nacional de los Pueblos Indígenas de la Amazonía Colombiana (Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana) - Com sua sede em Bogotá, foi criada no ano de 1995. Está constituída por 20 associações de base que representam 56 povos indígenas, que habitam uma extensão de 406.000 km², em 162 terras indígenas, com uma população aproximada de 76.000 habitantes.



OIS (Suriname): Organization van Inheemsen en Surinam (Organizações Indígenas do Suriname) - Foi fundada em 1994 e está composta por nove povos indígenas que habitam os dez distritos que formam o país. A OIS é a única organização certificada pela Presidência da República do Suriname para defender e promover o interesse dos povos indígenas em temas nacionais e no âmbito internacional. O Suriname é o menor país da América Latina e tem 93% de cobertura de floresta tropical. Também é a residência de aproximadamente 30.000 mulheres e homens indígenas.



CONFENIAE (Equador): Confederación de las Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana (Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana) - Fundada no ano de 1980, tem sua sede em Puyo – Pastaza. Está conformada por 23 organizações e federações de base nas seis províncias amazônicas do Equador, que representam 11 nacionalidades: Kichwa, Shuar, Achuar, Waorani, Sapara, Andwa, Shiwiar, Cofan, Siona, Secoya e Quijos.

Expositores:

Mario Bustos.
Elizabeth Buenabad.
José Gregorio Díaz Mirabal.
Jhomar Maynas.
Jenny Elizabeth Piruch.
Inai'ury Pompeu.
Héctor Fabio Yucuna.

Participantes:

PERU

Aroteya Calderón, povo Ashaninka.
Rusber Rucoba, povo Shipibo.
Sintia Portocarrero, povo Ashaninka.
Margare Díaz, povo Shipibo.
Franklin Chimanca, povo Nomatsigenga.
Jhomar Maynas, povo Shipibo.
Blanca Pascual, povo Ashaninka.
Pedro Corisepa, povo Harakbut.
Yulissa Trigoso, povo Yine.
Rusber Pizango, povo Shawi.
Genaro Escalante, povo Shipibo.

VENEZUELA

Jesús Yuriyuri, povo Warekena.
María Arana, povo Uwottuja.
Ebertina Rodríguez, povo Yekwana.
Cesar Quintero, povo Mapoyo.
Jheislyn Brice, povo Baniva.
Nelkys Guzmán, povo Ñengatu.
Martin Herrera, povo Jivi.
José Gudiño, povo Puinave.
Miguel Rojas, povo Piapoco.
Mileidy Franco, povo Yekwana.

BRASIL

Alana Manchineri, povo Manchineri.
Inara dos Santos, povo Sateré-Mawe.
Jessica Nascimento, povo Apuriña.
Elcio da Silva Manchineri, povo Manchineri.
Rodrigo Yaray Tupari, povo Tupary.
Kokinire Haraxare, povo Gavião.
Magner dos Santos, povo Karipuna.
Eldely Narciso Laparra, povo Palikur.
Haratumá Maurerri, povo Javaé.
Ariene dos Santos, povo Wapichana.
Cristian Tseremey'wa, povo Xavante.
Inai'ury Pompeu, povo Wajajara.

BOLÍVIA

María José Bejarano, povo Chiquitano.
Hernan Nay, povo Tacana.
Everton Gonzais, povo Leco.
Andrea Leal, povo Quechua.
Gabriel Gil, povo Chiquitano.
Carly Poñe, povo Guarayos.
Elisa Barequí povo Chiquitano.

GUIANA FRANCESA

Lydie Yubitana, povo Lokono.
Yann kayamaré, povo Kalin'a.
Mylène Jean-Jaques, povo Kalin'a.
Lorenzo Mac-intosh, povo Kalin'a.
Anaïs Labonte, povo Palikur.
Murwin Biswana, povo Lokono.
Brandon Tawayan, povo Wayampi/Teko.
Erine Batiste, povo Palikur.

GUIANA

Dan James, povo Wapichan.
Don Stoll, povo Arawak.
Danella Clement, povo Akawaio/Macusi.
Azoney Clement, povo Akawaio/Macusi.
Romario Hastings, povo Akawaio.
Mariah Lall, povo Arawak.
Nandanie Jerry, povo Akawaio.

COLÔMBIA

Zaiza Rodríguez, povo Cubeo.
Nathalia Bacca, povo Inga.
Salvador Miraña, povo Miraña.
Mercy Cruz, povo Piratapuyo.
Gerson Arambula, povo Tikuna.
Vanesa Teteye, povo Bora.
Rodolfo Gómez, povo Murui.
Nery Góngora, povo Cubeo.
Claudia Eimenekene, povo Uitoto.
Edgar Gutiérrez, povo Cubeo.
Karen Sanda, povo Kichwa.
Wendy Kuetgaje, povo Uitoto.
Héctor Fabio Yucuna, povo Yucuna.
Liliana Hernández, povo Guanano.

SURINAME

Monalisa Sabajo, povo Lokono.
Marcello Araitjamare, povo Kaliña.
Birambie Romano, povo Kaliña/Lokono.
Liguori Merselino, povo Lokono.

EQUADOR

Delfín Tuntiak Chiriapa, nacionalidade Shuar.
Martín Chamik, nacionalidade Shuar.
Alexis Grefa, nacionalidade Kichwa da Amazônia.
Gladys Alvarado Nenquimo, nacionalidade Waorani.
Maraska Aguinda, nacionalidade Quijos.
Mireya Tsakimp, nacionalidade Shuar.
Tobías Quenama, nacionalidade Ai' Kofan.
Asdrúbal Cayap, nacionalidade Shuar.
Yanda Montahuano, nacionalidade Sapara.
Kinkia Sharupi, nacionalidade Shuar.
Jose Unkuch, nacionalidade Shuar.
Jenny Piruch, nacionalidade Shuar.
Tom Sharupi, nacionalidade Shuar.
Wayra Shiguango, nacionalidade Kichwa da Amazônia.
Nanki Sharup, nacionalidade Shuar.







COORDINADORA DE LAS ORGANIZACIONES
INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA

Hivos
people unlimited

TODOS OS
OLHOS NA **AMAZÔNIA**

COM O APOIO DA:

**SVENSKA
POSTKOD
STIFTELSEN**

